CRIAÇÃO DE PME'S NA REGIÃO NORTE NO ÂMBITO DO PROGRAMA RIME DURANTE O QCA II*

*Nelson Duarte***

Ainda antes da adesão de Portugal à União Europeia (então CEE), as ajudas, de várias formas, que começaram a ser recebidas no nosso país, fizeram com que o capital assumisse um importante papel, como forma de promoção de processos de desenvolvimento, nomeadamente em zonas desfavorecidas. Mais recentemente, os Quadros Comunitários de Apoio (QCA) têm sido instrumentos de valiosa ajuda ao desenvolvimento de Portugal. De 1994 a 1999 vigorou o QCA II e, uma vez mais, Portugal recebeu fundos da União para a promoção de acções de desenvolvimento e apostou no desenvolvimento local, como arma principal de desenvolvimento do país.

Um meio de dinamizar um país é através do desenvolvimento do seu tecido empresarial. Sob a “alçada” do QCA II foi lançado o programa RIME – Regime de Incentivos às Micro Empresas ao qual será realizada uma análise, ao longo deste artigo. Pretende-se aqui apresentar alguns pontos relacionados com este programa (na região norte de Portugal), salientando pontos fortes e fracos, bem como sugestões para que os programas a lançar (ou alterações aos mesmos) no QCA III neste âmbito, possam ser veículos promotores de um melhor e mais equilibrado desenvolvimento do nosso país.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Região Norte, Fundos Estruturais (QCA), Micro-empresas, RIME.

** Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras – Instituto Politécnico do Porto.

1. INTRODUÇÃO

Mesmo antes dos anos 60, Portugal já tinha uma política de aproximação a outros países europeus; esta aproximação tornou-se uma realidade em 1986, com a adesão de Portugal à Comunidade.

Quinze anos após a adesão, Portugal continua a ser considerado um dos mais pobres países da União e, com a “ameaça” da entrada dos países de Leste na União, corre-se o risco de as ajudas a Portugal começarem a diminuir.

Durante o período de 1994-1999 medidas de apoio foram tomadas em favor de Portugal, como país do Fundo de Coesão e privilegiou-se a estratégia de desenvolvimento baseada essencialmente numa política de desenvolvimento local e regional.

Para que o desenvolvimento seja possível muitos factores deverão ser tomados em consideração, mas existe um ao qual deve ser dada especial atenção: as Micro Empresas. A importância deste tipo de empresas, quer a nível nacional, quer internacional, não pode ser ignorada.

Ao nível regional, as Micro Empresas assumem um papel muito importante, quer na medida em que geram riqueza, quer na criação de postos de trabalho. No entanto, para que exista desenvolvimento também é necessário o empenho e contributo da população, principalmente a nível regional. Uma população passiva em nada ajuda o desenvolvimento da região e, consequentemente, do país.

Torna-se então necessário ajudar e prestar atenção aos membros activos da população, aqueles que querem inovar, criar novas e diferentes maneiras de estar e de viver para eles e para a sociedade. Mas, por vezes, para estes agentes activos e inovadores surgem algumas ou, mesmo, bastantes dificuldades: burocracias, falta de fundos, inacessibilidade a sistemas de informação especializados, entre outros, que poderiam ser enumerados numa extensa listagem, mas bem conhecidos principalmente por aqueles que se empenham no desenvolvimento.

Numa tentativa de evitar alguns destes problemas e de incentivar o desenvolvimento, o governo português criou um programa que tinha como objectivo principal a atribuição de fundos a projectos que poderiam contribuir para o tão necessário desenvolvimento. A implementação deste programa designado por RIME – Regime de Incentivos às Micro Empresas não contava apenas com a contribuição governamental, mas também com o empenho dos promotores, que participavam igualmente com capitais próprios de forma a garantir a continuidade dos projectos.

Deste modo, foram desenvolvidos vários projectos ao longo do período de vigência do QCA II, mais precisamente desde 1995, ano de início do programa RIME. A ideia de fundo destes projectos era o desenvolvimento económico e social, bem como a criação de postos de trabalho a um nível nacional, regional e local.

Antes de avançar, deverá ser referido que todos os dados aqui apresentados dizem respeito ao decorrer e implementação do programa na Região Norte de Portugal, que é caracterizada por uma forte componente industrial na zona costeira e pela predominância do sector rural no interior. Estamos em presença de uma região que, à partida, apresenta grandes disparidades sociais e económicas. Tal como é objectivo da UE reduzir as disparidades regionais, também deve ser objectivo dos governos e das entidades responsáveis pelo desenvolvimento o equilíbrio interno das mesmas.

2. A ECONOMIA PORTUGUESA DESDE 1960 AOS DIAS DE HOJE – BREVE RESUMO¹

A adesão de Portugal à EFTA, em 1960, marcou o início de uma época de desenvolvimento da economia portuguesa. Até então, a situação portuguesa apresentava grandes debilidades, a começar pelo PIB que correspondia a 1/3 do PIB dos países europeus mais desenvolvidos. Este subdesenvolvimento era verificado, quer a nível rural, quer urbano.

De 1960 até ao início de 1990 o PIB português cresceu 3,7 vezes e é possível distinguir alguns períodos diferentes nestas três décadas: o **primeiro** decorreu de 1960 a 1973 e é caracterizado por um forte crescimento e estabilidade económica. Neste período algumas tendências podem ser apontadas: um acelerado crescimento económico, uma abertura da economia ao exterior, a não existência de factores externos negativos, a diminuição dos empregos agrícolas e uma modernização do processo económico, entre outros. Ao mesmo tempo, no exterior, algumas organizações como a EFTA, OCDE, CEE e GAAT tornavam-se economicamente consolidadas e, em 1972, Portugal assinou um tratado de comércio preferencial com a então CEE.

Em **segundo** lugar temos o período de 1974 a 1985, que pode ser caracterizado como um período de menor crescimento económico e com alguns problemas sérios a afectar a balança externa como, por exemplo, inflação, desemprego e flutuações cíclicas nas actividades de produção. 1974 foi o ano da revolução que colocou fim a uma ditadura de 48 anos,

foi a revolução dos **3D's**: **D**emocratização, **D**escolonização e **D**esenvolvimento. Com a descolonização a população portuguesa cresceu em cerca de 7%. Mas apesar destes aspectos negativos, Portugal prosseguiu com o processo de adesão à CEE. Contudo, em 1983, devido a uma situação que deixara de ser sustentável, Portugal assinou um pacto de estabilização económica com o FMI, com o objectivo de preparar a economia portuguesa para esta se juntar à CEE.

Um **terceiro** período verificou-se de 1986 a 1994. O ano de 1986 fica marcado pela adesão de Portugal à CEE, adesão esta que veio ajudar na resolução de problemas com a balança de pagamentos e que criou novas perspectivas para a economia portuguesa. O PIB cresceu durante este período, a taxa de inflação passou de 21% em 1984 para 5,5% em 1994, e a taxa de desemprego desceu, tornando-se na mais baixa da Europa. Assistiu-se a um período de privatizações, a uma diminuição do défice orçamental e a um crescimento real dos salários médios.

Em **quarto** lugar temos o período de 1995 até hoje. Recentemente as ajudas da União, nomeadamente através dos QCA's, têm contribuído para o crescimento da economia portuguesa. A evolução económica entre 1994 e 1998 revelou um crescimento médio mais acentuado em Portugal que no resto da União Europeia. Em relação ao desemprego, Portugal apresenta a mais baixa taxa da União, 4,1% em 2001 (INE, 2002), no entanto o sector primário ainda emprega uma percentagem significativa de mão-de-obra, quando comparado com os restantes membros da União. Os progressos conseguidos até 1999/2000 permitem lutar por objectivos um pouco mais ambiciosos para o período presente e futuro, ou seja, até ao final do QCA III (2006).

3. O PAÍS, O NORTE E O QCA II

As disparidades que existem dentro dos países começam, desde logo, por se sentir dentro da UE. Guerras, políticas, religiões e a própria divisão entre estados membros e não membros da União criam uma realidade de múltiplas divisões que se têm acumulado, a nível europeu, com o decorrer dos anos.

Em relação a Portugal, a vontade faz com que sejamos um país ainda não dividido em regiões administrativas; no entanto e para efeitos de planeamento regional, existem sete *regiões plano*: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira. Para cada uma destas regiões existem organismos que têm entre as suas tarefas o

desenvolvimento regional, que são as Comissões de Coordenação de Região (CCR's). O seu principal objectivo é a promoção e suporte de iniciativas destinadas ao desenvolvimento da região, tendo em atenção os recursos e possibilidades de cada uma delas, tentando da melhor forma possível racionalizar a sua utilização, no contexto das necessidades e vantagens regionais.

A importância das CCR's está ligada ao factor de descentralização do poder, pois assim torna-se mais fácil aceder a certos conhecimentos que, por vezes, são um factor impeditivo da tomada de iniciativas. As CCR's foram responsáveis pelo programa RIME, a nível nacional, cada qual no que diz respeito à sua *região plano*.

Para o período de 94 a 99 as opções estratégicas de Portugal basearam-se em dois objectivos prioritários: *a)* a convergência real entre a economia portuguesa e as economias dos outros estados membros; *b)* a promoção da coesão económica e social no plano interno. Estes objectivos podem ser traduzidos em quatro eixos correspondendo às prioridades definidas para o desenvolvimento de Portugal: (1) qualificação dos recursos humanos e do emprego; (2) reforço dos factores competitivos; (3) promover a qualidade de vida e a coesão social; (4) fortalecer a base económica regional.

A importância do QCA II para a economia portuguesa pode ser visualizada na figura I, onde temos a apresentação do PIB com e sem a presença dos fundos do QCA.

Figura I
RÁCIOS DO PIB PORTUGUÊS COM E SEM O QCA II

Fonte: Ministério do Planeamento e Ordenamento do Território.

O programa RIME estava relacionado com o QCA II através dos eixos 1 e 3 previamente apresentados. A atribuição de fundos do programa RIME foi encerrada no decorrer do ano de 2001; deve também ser

salientado que os fundos dos projectos ligados ao RIME só começaram a ser recebidos pelos promotores em 1997.

Quanto à região Norte de Portugal, a nível europeu esta é considerada uma das 25 mais pobres. Alberga mais de um terço da população total e pode ser apresentada com duas zonas distintas: o litoral, onde se encontram as cidades mais habitadas e uma forte concentração industrial, e o interior, mais caracterizado pela ruralidade ainda existente.

Na última década o Norte conseguiu um crescimento superior ao da União Europeia; o aproveitamento de recursos naturais tem contribuído para o seu desenvolvimento. *Vinho Verde* no Litoral, *Vinho do Douro e Vinho do Porto*, produções únicas e de reconhecimento mundial, ajudam a divulgação dos produtos e da própria região.

O turismo também tem vindo a crescer e a ganhar expressão no Norte. Contudo, comparando esta região com a de Lisboa e Vale do Tejo, nota-se uma deficiência, por exemplo, a nível de serviços financeiros e mesmo de tecido empresarial. Nos últimos tempos é notório um aumento de emprego no âmbito do sector terciário. Poderá dizer-se que tal se traduzirá em desenvolvimento para a região?

O tecido empresarial é caracterizado essencialmente por PME's, onde se encontram alguns pontos fracos, nomeadamente na especialização destas empresas, uma vez que esta não é a mais favorável ao desenvolvimento local e a adesão dos empresários a inovações ainda não se encontra implementada. Continua a ser muito difícil convencer uma boa maioria dos empresários que os serviços prestados, por empresas de consultoria e/ou outros serviços especializados, poderiam contribuir para o crescimento da empresa, criação de valor acrescentado e consequentemente para o desenvolvimento regional.

Em resumo: o cenário da Região Norte será uma tela dividida em duas partes distintas. De um lado, existe a cidade do Porto e a sua Área Metropolitana, com um bom desenvolvimento, uma forte concentração populacional, onde facilmente se encontra mão-de-obra qualificada e um nível de educação (superior) bastante elevado. Por outro lado, o interior, dominado por sectores tradicionais que não exigem uma mão-de-obra muito qualificada e onde o desemprego atinge taxas mais elevadas, o que implica uma migração do Interior para o Litoral que, felizmente, começa a diminuir.

4. AS MICRO EMPRESAS

O tecido empresarial português é composto essencialmente por PME's e Micro Empresas. O papel destas e respectivos promotores na economia portuguesa pode ser apresentado como na figura II.

O desenvolvimento passa, ou começa, pelos agentes activos da sociedade: o empresário ou promotor de projectos que, de uma ou de outra forma, possam contribuir para o desenvolvimento regional.

Figura II
UM POSSÍVEL ESQUEMA PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

Nesta fase é dada uma especial atenção ao desenvolvimento regional porque é este que, em primeiro lugar, pode contribuir para o desenvolvimento nacional, quer a nível social, quer económico e mesmo humano. Além disso, o desenvolvimento passa, sem dúvida alguma, pela criação de novas empresas. No caso português são as Micro e Pequenas Empresas que assumem este papel de contribuição para o desenvolvimento.

Apesar de existirem várias definições para classificar as Micro Empresas, para simplificar esta apresentação consideremos a classificação proposta pelo Observatório Europeu das PME's, que assenta exclusivamente no número de trabalhadores. Assim as empresas são consideradas: Micro (de 0 a 9 trabalhadores), Pequenas (de 10 a 99 trabalhadores), Média (de 100 a 499 trabalhadores) e Grandes (com 500 ou mais trabalhadores). Vejamos no quadro I a distribuição do tecido empresarial português.

Quadro I
NÚMERO DE EMPRESAS PORTUGUESAS EMPREGANDO UMA
OU MAIS PESSOAS, E EMPREGO TOTAL POR EMPRESA.¹

Dimensão da empresa	N. de empresas	%	Emprego Total	%
1 a 19	176 490	90,86	760 692	35,44
20 a 49	11 768	6,06	353 734	16,43
50 a 99	3 481	1,79	239 416	11,12
100 a 199	1 527	0,79	211 416	9,82
200 a 499	741	0,38	220 122	10,23
500 a 999	176	0,09	117 033	5,44
+ de 1000	99	0,05	250 194	11,62
Total	194 282	100,00	2 152 607	100,00
Sem empregados	47 665	--	0	--
Total	241 947	--	2 152 607	--

Fonte: INE (1998).

¹ Dados do ano de 1997.

Pelo quadro apresentado podemos verificar que 1/5 das empresas não tem pessoal empregado (47 665 empresas sem empregados) e, ao mesmo tempo, as Micro e muito Pequenas Empresas representam cerca de 91% das empresas portuguesas com trabalhadores, o que permite concluir que este tipo de empresas assume um papel muito importante na economia nacional.

Face ao atraso económico e social de Portugal, comparativamente aos seus parceiros europeus, uma das políticas de desenvolvimento preconizadas assentou essencialmente no desenvolvimento regional, usando para tal as sinergias de cada e de todas as regiões. Ou seja, o facto de existirem empresas locais e regiões com grandes potencialidades, se bem conjugados, estes factores permitem um desenvolvimento com melhores resultados, quer para o país, quer para a região.

5. O PROGRAMA RIME²

5.1. Resultados gerais

O Programa RIME foi uma das “armas” da política que visava o incentivo à criação e modernização de Micro/Pequenas Empresas de alguns sectores de actividade, inserida no programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL). A principal forma de ajuda e de incentivo para o desenvolvimento de novos projectos era atribuída sob a forma de capital, num valor máximo de 99 759,58 € (20 milhões de escudos – moeda corrente do período em análise) e pretendia-se, com isto, estimular a criação de postos de trabalho e o investimento privado.

Os sectores de actividade que este programa abrangia eram: a) a indústria; b) alguns tipos de serviços; c) alguns tipos de turismo; d) comércio; e) e construção civil, no que diz respeito à segurança de edifícios, e renovação urbana.

O decorrer deste projecto, que se previa muito benéfico para o desenvolvimento local, trouxe alguns problemas. As “regras do jogo” do RIME foram mudadas ao longo dos anos de existência do mesmo. Os promotores dos projectos reclamavam falta de apoio financeiro, uma vez que este chegava quase sempre atrasado em relação ao previsto. A nível de acompanhamento dos projectos por parte das entidades responsáveis, certas lacunas foram apontadas e algumas conhecidas através da imprensa nacional. De seguida, a análise do programa revelará mais alguns dados do funcionamento do mesmo.

O número total de projectos realizados desde 1997 a 2000 ascendeu a 2904; é de referir que este número diz respeito aos pagamentos efectuados pela CCRN e que ainda foram efectuados mais alguns pagamentos no decorrer de 2001.

Esta análise foi efectuada ao nível de Nomenclatura das Unidades Territoriais (NUT) III. A região em análise é constituída por 8 NUTs apresentadas no quadro II.

A primeira observação a efectuar prende-se com o facto de ser a NUT *Grande Porto* a que maior número de projectos registou, ou seja, a zona mais desenvolvida da região continua (pelo menos aparentemente) a crescer proporcionalmente mais que as outras. As zonas do interior registam um número de projectos menos significativo.

Quadro II
DISTRIBUIÇÃO DOS PROJECTOS POR NUT III

Descrição	Valor	Frequencia	%
Grande Porto	1	710	24,4
Tâmega	2	316	10,9
Ave	3	402	13,8
Cávado	4	351	12,1
Minho Lima	5	288	9,9
Entre Douro e Vouga	6	134	4,6
Douro	7	324	11,2
Alto Trás-os-Montes	8	379	13,1
<hr/>			
Total	2904	100,0	100,0
Casos válidos	2904	Casos em falta	0

Quadro III
DISTRIBUIÇÃO DOS PROJECTOS POR SECTOR DE ACTIVIDADE

Descrição	Valor	Frequência	%
Serviços	1	855	29,4
Comércio	2	1216	41,9
Indústria	3	337	11,6
Construção	4	49	1,7
Turismo	5	447	15,4
<hr/>			
Total	2904	100,0	100,0

No quadro III pode verificar-se a distribuição destes projectos, quanto ao sector de actividade, e verifica-se que é o comércio que absorve o maior número de projectos, ficando a construção em último lugar, facto justificável pelas condições de acesso deste tipo de projectos, pois a área de intervenção no sector da construção era muito restrita.

De seguida, uma apresentação global da relação de projectos existente entre as NUTs e os sectores de actividade (ver quadro IV).

Quadro IV

COMPARAÇÃO ENTRE AS NUTS E O SECTOR DE ACTIVIDADE

Num. de projectos		Pct em linha		Serviços	Comércio	Industria	Constru- ção	Turismo	Linha Total
Pct em Coluna		Pct total		1	2	3	4	5	
NUT									
Grande Porto	1	283	256	73	11	87		710	
		39,9%	36,1%	10,3%	1,5%	12,3%			
		33,1%	21,1%	21,7%	22,4%	19,5%			
		9,7%	8,8%	2,5%	,4%	3,0%		24,4%	
Tâmega	2	71	127	53	4	61		316	
		22,5%	40,2%	16,8%	1,3%	19,3%			
		8,3%	10,4%	15,7%	8,2%	13,6%			
		2,4%	4,4%	1,8%	,1%	2,1%		10,9%	
Ave	3	115	153	80	2	52		402	
		28,6%	38,1%	19,9%	,5%	12,9%			
		13,5%	12,6%	23,7%	4,1%	11,6%			
		4,0%	5,3%	2,8%	,1%	1,8%		13,8%	
Cávado	4	119	160	26	6	40		351	
		33,9%	45,6%	7,4%	1,7%	11,4%			
		13,9%	13,2%	7,7%	12,2%	8,9%			
		4,1%	5,5%	,9%	,2%	1,4%		12,1%	
Minho Lima	5	58	136	29	8	57		288	
		20,1%	47,2%	10,1%	2,8%	19,8%			
		6,8%	11,2%	8,6%	16,3%	12,8%			
		2,0%	4,7%	1,0%	,3%	2,0%		9,9%	
Entre Douro e Vouga	6	45	54	19	3	13		134	
		33,6%	40,3%	14,2%	2,2%	9,7%			
		5,3%	4,4%	5,6%	6,1%	2,9%			
		1,5%	1,9%	,7%	,1%	,4%		4,6%	
Douro	7	68	147	25	8	76		324	
		21,0%	45,4%	7,7%	2,5%	23,5%			
		8,0%	12,1%	7,4%	16,3%	17,0%			
		2,3%	5,1%	,9%	,3%	2,6%		11,2%	
Alto Trás-os-Montes	8	96	183	32	7	61		379	
		25,3%	48,3%	8,4%	1,8%	16,1%			
		11,2%	15,0%	9,5%	14,3%	13,6%			
		3,3%	6,3%	1,1%	,2%	2,1%		13,1%	
Coluna		855	1216	37	49	447		2904	
Total		29,4%	41,9%	11,6%	1,7%	15,4%		100,0%	

Para uma melhor compreensão dos dados apresentados, vejamos a título exemplificativo o caso da NUT 1 *Grande Porto*. O número de projectos apresentados foi de 710, que se encontram distribuídos da seguinte forma pelos diferentes sectores:

- 283 Serviços
- 256 Comércio
- 73 Indústria

- 11 Construção
- 87 Turismo

Na segunda linha podemos verificar que, do total dos projectos ocorridos na NUT *Grande Porto*, 39,9% foram realizados no sector dos Serviços. Na terceira linha obtemos informação sobre a percentagem de projectos realizados quanto ao sector, isto é, do total dos projectos realizados no sector dos serviços, 33,1% ocorreram na NUT *Grande Porto*. Por fim temos a percentagem de projectos no total, ou seja, no universo de 2904 projectos, na NUT *Grande Porto* no sector dos serviços realizaram-se 9,7% do total de projectos ocorridos com o programa RIME. Até aqui temos uma visão global daquilo que foi o programa em estudo; vejamos agora alguns resultados mais específicos.

5.2. Resultados do emprego

O RIME tinha como um dos objectivos principais a criação de postos de trabalho. Note-se que este programa era o único que favorecia, em termos de subsídios, a ocupação de postos de trabalho por mulheres.

Quadro V
CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO POR PROJECTO

Variável ¹	Média	Dev. Padrão	Min	Max	Σ	N
EmpTotal	2,77	1,87	0	19	8 057	2 904
EmpHomens	1,32	1,45	0	9	3 829	2 904
EmpMulheres	1,46	1,48	0	18	4 228	2 904
HDesemp	0,83	1,07	0	9	2 387	2 880
MDesemp	1,07	1,23	0	14	3 074	2 880

¹ Ver anexo 1 – Descrição das variáveis.

O quadro apresentado mostra as estatísticas associadas aos projectos em estudo, tendo em atenção cada uma das variáveis de relevo no âmbito do programa RIME. No total foram criados 8057 postos de trabalho, dos quais 4228 foram ocupados por mulheres e os restantes (3829) por homens. Destes números, podemos ainda verificar que, do total de postos de trabalho ocupados pelas mulheres, 3074 eram desempregadas de longa

duração. No que diz respeito aos homens este valor fica pelos 2387 postos.

Tomando em atenção os postos de trabalho criados por NUT (quadro VI), verifica-se que a NUT *Grande Porto* assume o maior número de postos de trabalho criados (2168); do lado oposto encontra-se a NUT *Entre Douro e Vouga*, com a criação de 407 postos. Contudo, a média de postos de trabalho criados por projecto, entre ambas as NUTs, é muito similar, facto explicável pela diferença de projectos ocorridos (ver quadro II).

Quadro VI
POSTOS DE TRABALHO CRIADOS POR NUT

	Variável	Média	Desv.. Padrão	Min	Max	Σ	N
<i>Grande Porto</i>	EmpTotal	3,05	1,98	0	17	2 168	710
<i>Tâmega</i>	EmpTotal	3,08	2,05	0	12	972	316
<i>Ave</i>	EmpTotal	2,88	1,91	0	10	1 159	402
<i>Cávado</i>	EmpTotal	2,91	2,11	0	19	1 022	351
<i>Minho Lima</i>	EmpTotal	2,52	1,57	0	8	726	288
<i>Entre Douro e Vouga</i>	EmpTotal	3,04	2,06	0	14	407	134
<i>Douro</i>	EmpTotal	2,36	1,45	0	9	765	324
<i>Alto Trás-os-Montes</i>	EmpTotal	2,21	1,41	0	10	838	379

Quanto ao desvio padrão, este apresenta valores significativamente altos, ou seja, mesmo com médias semelhantes entre NUTs, a nível de criação de postos de trabalho por projecto, verificam-se grandes diferenças em termos absolutos (coluna do somatório do quadro V). Este facto é notado pela análise das colunas que apresentam os valores mínimos e máximos. Em todas as NUTs existiu, pelo menos, um projecto em que não foi criado qualquer posto de trabalho, enquanto que outros deram emprego a 19 pessoas (*Cávado*) ou 17 (*Grande Porto*).

Mas seriam em média os postos de trabalho criados iguais em todas as NUTs? Para proceder a esta análise foi elaborado um teste de hipóteses através do software SPSS, em que se testou a hipótese da igualdade das médias de criação de postos de trabalho por NUT. Foi efectuado o *teste de Scheffe* para a igualdade de k médias e rejeitou-se a hipótese nula (de igualdade das médias) com 95% de confiança. Significa isto que, em algumas NUTs, foram criados significativamente mais postos de trabalho do que em outras, do que resulta o desenvolvimento não muito equilibrado do país.

Quanto aos postos de trabalho criados por sector de actividade, vejamos o quadro VII, onde o sector do comércio se destaca, com 2798 postos de trabalho, encontrando-se do lado oposto a construção com apenas 49. No entanto, em média, foi neste sector que mais postos de trabalho foram criados por projecto e, ao mesmo tempo, verifica-se que o comércio é o sector que apresenta a média mais baixa. Verificando a igualdade das médias por sector obtém-se um resultados mais ou menos esperado pode dizer-se, com 95% de confiança, que existem diferenças significativas entre as médias dos sectores.

Quadro VII
POSTOS DE TRABALHO CRIADOS POR SECTOR
DE ACTIVIDADE

	Variável	Média	Desv. Padrão	Min	Max	Σ	N
Serviços	EmpTotal	2,67	1,84	0	9	2287	855
Comércio	EmpTotal	2,30	1,50	0	10	2798	1216
Industria	EmpTotal	4,03	2,33	0	11	1358	337
Construção	EmpTotal	4,24	1,93	1	8	208	49
Turismo	EmpTotal	3,15	1,86	0	9	1406	447

A análise a nível de emprego está até aqui apresentada; de seguida será efectuada uma análise dos subsídios atribuídos.

5.3. Resultados dos subsídios ao emprego criado

Os subsídios atribuídos aos projectos que faziam parte do RIME tinham duas vertentes: subsídios ao capital e subsídios por postos de trabalho criados. No que diz respeito aos subsídios por postos de trabalho criados, estes eram atribuídos em função do sexo, nível de educação, situação profissional do indivíduo, entre outros. Também existia um “subsídio extra”, caso um posto de trabalho fosse ocupado pelo próprio promotor, ou seja, existia um prémio pela criação do próprio emprego.

Quadro VIII
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS POR POSTOS DE TRABALHO
CRIADOS, POR NUT (EM €)

	Variável	Média	Desv. Padrão	Min	Max	N
<i>Grande Porto</i>	SubsEmp	18 467,73	11 419,68	0	77 492,60	710
<i>Tâmega</i>	SubsEmp	17 234,75	11 296,50	0	82 496,78	316
<i>Ave</i>	SubsEmp	16 660,90	12 539,55	0	146 397,40	402
<i>Cávado</i>	SubsEmp	16 725,13	12 401,62	0	123 797,36	350
<i>Minho</i>	SubsEmp	14 090,25	8 397,70	0	38 921,55	288
<i>Lima</i>	SubsEmp	16 851,71	11 323,66	3525,5	88 842,69	134
<i>Entre Douro e Vouga</i>	SubsEmp	14 060,23	8 552,40	0	41 918,24	324
<i>Alto Trás-os-Montes</i>	SubsEmp	12 906,34	7 748,84	0	46 712,92	379

Do quadro apresentado podemos verificar que, em quase todas as NUTs, existiu pelo menos um projecto, que não recebeu qualquer subsídio em relação ao emprego. Esse facto é aceitável, pois algumas empresas não criaram postos de trabalho por serem empresas já existentes e apenas se renovaram sem necessidade de mais mão-de-obra.

Também se verifica que, em média, a NUT *Grande Porto* foi a que mais subsídios recebeu por projecto (18 467€), encontrando-se no seu oposto a NUT *Alto de Trás-os-Montes* (12 906€).

O projecto que recebeu o maior subsídio pela criação de postos de trabalho foi um projecto da NUT *Ave*. A atribuição destes subsídios não

variava apenas com o número de empregados mas, como já foi referido, com o sexo dos empregados, o facto de se empregar pessoas com deficiências, o nível de educação, etc..

Ao efectuar um teste para verificar a igualdade das médias dos subsídios entre as NUTs, verifica-se que estas médias são significativamente diferentes (com 95% de confiança). Uma vez mais se verifica que as zonas que, à partida, se apresentavam como as mais desenvolvidas continuam a crescer a um ritmo mais acelerado que restantes.

5.4. Resultados dos subsídios ao capital

Os subsídios ao investimento estavam relacionados com o capital elegível, que era calculado com base no investimento total e no investimento em capital fixo.

Quadro IX
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO POR NUT (EM €)

	Variável	Média	Desv. Padrão	Min	Max	Σ	N
NUT 1	SubsInv	24 900,44	14 955,29	0 169	958,82	17 604 613,42	707
NUT 2	SubsInv	29 798,60	29 730,21	0 403	526,01	9 416 359,05	316
NUT 3	SubsInv	31 313,38	21 834,52	0 200	627,11	12 556 665,69	401
NUT 4	SubsInv	26 242,79	20 969,66	0 209	523,56	9 211 219,61	351
NUT 5	SubsInv	27 986,69	28 741,26	0 444	044,85	8 060 165,35	288
NUT 6	SubsInv	27 556,71	18 140,0	0 148	959,67	3 692 599,50	134
NUT 7	SubsInv	29 270,92	17 338,24	0 169	111,88	9 454 506,97	323
NUT 8	SubsInv	30 042,38	15 491,78	0 68	684,32	11 386 062,19	379

Do quadro IX podemos tirar algumas conclusões acerca dos subsídios atribuídos aos projectos, em função do capital investido. Uma vez mais surge a NUT *Grande Porto* com o maior valor recebido de apoio ao investimento, com mais de 17 milhões de euros; de seguida surge a NUT *Ave*, onde se regista um decréscimo de cerca de 5 milhões de euros

comparativamente com a primeira. O valor mais baixo ficou pela NUT *Entre Douro e Vouga*, onde o número de projectos ocorridos foi o mais baixo.

Em relação à média dos subsídios por projecto, em primeiro lugar encontra-se a NUT *Ave* e, em último a NUT *Grande Porto*; esta “ambiguidade” da NUT *Grande Porto*, de ter o valor médio mais baixo, mas o maior valor absoluto, é facilmente justificável pelo número de projectos que aqui se verificaram.

Quanto à igualdade das médias entre NUTs, efectuou-se um teste à igualdade das mesmas, obtendo-se como resultado, com 95% de confiança, a diferença significativa entre médias. Deve ainda ser referido que, mesmo dentro de cada NUT, o investimento verificado era muito diferente de projecto para projecto.

Verifica-se até agora que existem diferenças significativas de projecto para projecto, como seria de esperar, e que se notam também a nível de NUTs. De seguida será apresentada uma análise ao total dos subsídios.

5.5. Resultados do total dos subsídios

No total o programa RIME disponibilizou cerca de 129 687 453 € (26 milhões de contos) para a realização de 2904 projectos na zona Norte.

Quadro X
SUBSÍDIOS TOTAIS ATRIBUÍDOS POR NUT (EM €)

	Variável	Média	Desv. Padrão	Min	Max	Σ	N
NUT 1	TotSub	44 082,94	20 562,10	5 684,36	247 451,43	31 298 884,62	710
NUT 2	TotSub	48 274,49	34 466,08	3 299,74	428 909,64	15 254 736,66	316
NUT 3	TotSub	49 368,57	27 616,81	3 339,45	265 041,28	19 846 164,65	402
NUT 4	TotSub	44 329,79	29 498,99	4 883,10	282 395,63	15 559 754,58	351
NUT 5	TotSub	44 317,03	32 342,32	4 069,10	455 679,01	12 763 304,19	288
NUT 6	TotSub	45 079,11	25 271,06	6 783,15	237 802,36	6 040 600,49	134
NUT 7	TotSub	45 617,19	22 818,15	6 214,70	181 803,69	14 779 969,60	324
NUT 8	TotSub	45 053,75	20 472,12	7 367,94	99 609,94	17 075 372,73	379

O quadro X, o último desta análise, apresenta o total dos subsídios que foram atribuídos às diversas NUTs. Em primeiro lugar e tal como seria de esperar surge a NUT *Grande Porto*, com um investimento superior a 31 milhões de euros, sendo esta a NUT da região Norte que mais ajudas recebeu para o seu desenvolvimento. Após o *Grande Porto* surge o *Ave*, com um subsídio total um pouco inferior a 20 milhões de euros. A NUT *Entre Douro e Vouga* foi a que, no total, menos subsídios recebeu; este valor não chegou a 1,5 milhões de euros.

E, finalmente, aquilo que em média cada projecto recebeu. Já foi verificado que, no que diz respeito aos subsídios atribuídos à criação de postos de trabalho e ao investimento, foram encontradas diferenças significativas, nas médias dos projectos das diferentes NUTs. Contudo, analisando o quadro X verifica-se que os valores médios apresentados não são muito divergentes, daí que ao ser efectuado o teste da igualdade das médias entre NUTs, com o mesmo nível de confiança dos testes anteriores 95%, verifica-se que as médias para todas as NUTs do total dos subsídios recebidos não são significativamente diferentes. De salientar que estes subsídios mais não são que a soma dos subsídios que o RIME atribuía: à Criação de Postos de Trabalho e ao Investimento.

6. CONCLUSÕES

O Programa RIME foi um programa de âmbito nacional. No entanto, a análise aqui apresentada diz respeito apenas ao Norte de Portugal, classificada como NUT II.

A área em análise (região Norte) à partida, apresentava-se com “duas áreas numa só”: o litoral, que se pode caracterizar como uma zona mais industrializada; e o interior, com uma zona onde se encontram algumas características de ruralidade e menos desenvolvida que o litoral.

Com a implementação do RIME, pretendia incrementar-se o desenvolvimento do país, de forma não só a desenvolver, mas ao mesmo tempo a encontrar um equilíbrio entre as regiões, política que se tenta implementar por toda a União Europeia. O que de facto aconteceu não foi o que se pretendia, mas vejamos alguns pontos importantes.

A *Área Metropolitana do Porto* (NUT) foi o local onde se registou o maior número de projectos e a que mais subsídios recebeu (em termos absolutos); isto significa, em termos teóricos, que esta área se desenvolveu proporcionalmente mais que as restantes áreas da região.

Depois do *Grande Porto*, surge a NUT *Cávado*, uma área também do Litoral e que se encontra em fase de grande expansão e desenvolvimento. Nos últimos anos tem-se verificado uma grande expansão, principalmente na cidade e arredores de Braga. Mas analisando as duas maiores NUTs, que se encontram no Interior, *Alto de Trás-os-Montes* e *Douro*, o número total de projectos verificado, no seu conjunto, é inferior ao número de projectos verificados apenas na NUT *Grande Porto*. Então, como primeira e talvez mais importante conclusão, podemos dizer que ainda existe, e cada vez se acentua mais, um atraso de desenvolvimento do interior face ao litoral.

Analisando os sectores de actividade, deverá ser tomado em consideração que apenas alguns deles foram abrangidos pelo RIME e, mesmo dentro destes, nem todas as actividades se podiam candidatar a fundos deste programa.

Na totalidade dos projectos realizados, surge em primeiro lugar o comércio. Em conjunto com os serviços, chegam a $\frac{3}{4}$ do total de projectos e depois destes surge o turismo. A forma como os projectos se apresentam (número de projectos) reforça a tendência de terciarização que, nos últimos anos, se tem verificado em Portugal. Podemos então dizer que, deste ponto de vista, o RIME veio contribuir para uma modernização e desenvolvimento da Economia portuguesa (tomando a região Norte como ponto de referência).

No que diz respeito às NUTs e ao sector de actividade, conclui-se que a NUT *Grande Porto* é a que regista um maior número de projectos em todos os sectores. No entanto, é também aqui que se encontra o maior número de projectos no sector dos serviços; em todas as outras NUTs o comércio foi o sector que mais projectos verificou. Estando os serviços directamente ligados ao desenvolvimento ou, talvez, um pouco mais associado que os outros sectores, uma vez mais se verifica que a área do *Grande Porto* tem crescido a um ritmo mais acelerado que as restantes.

No Interior (*Douro*), os projectos associados ao turismo assumiram um papel importante. As próprias condições desta área convidam ao turismo e este será uma forma de fomentar o desenvolvimento desta região. Assim, verifica-se que, no caso do *Douro*, o comércio surge em primeiro lugar com cerca de 45% dos projectos realizados nesta área e, de seguida, surge o turismo com 23,5%, o que nos permite concluir que, apesar de um desenvolvimento não tão significativo como o verificado no Litoral, os agentes desta área, de uma forma ou de outra, estão a saber explorar as potencialidades que a zona proporciona, aproveitando assim o “capital disponível”.

Sobre o emprego (criação de postos de trabalho), que era um dos objectivos principais deste programa, foram criados 8057 postos de trabalho. Na ocupação dos mesmos, era necessário efectuar uma distinção entre postos de trabalho para homens e para mulheres, pois o RIME foi dos poucos programas que beneficiava a inserção das mulheres no mundo do trabalho e, de facto, as mulheres ocuparam mais postos de trabalho que os homens. Também se deve referir que alguns projectos não criaram novos postos de trabalho, supondo-se que sejam projectos de empresas já existentes e que apenas foram subsidiadas ao nível do investimento.

Do total do emprego criado, 5461 postos de trabalho (67%) foram ocupados por pessoas que se encontravam na situação de desemprego de longa data. Este facto mostra que a “luta” do governo português contra o desemprego deu frutos, pelo menos a nível deste programa.

No âmbito dos postos de trabalho criados por projecto, a média é de 3 postos para algumas NUTs e 2 para outras. Embora a diferença não pareça ser muito significativa, verifica-se uma grande variação de projecto para projecto, o que permite concluir que existe uma diferença significativa entre as médias das NUTs.

Uma vez mais se verifica que, onde a criação de postos de trabalho era mais necessária (Interior), foi bastante menor que no Litoral. Se se pretende uma aproximação entre as regiões e um equilíbrio dentro das mesmas, uma forma de reduzir as disparidades existentes será a criação de postos de trabalho, de forma a promover o desenvolvimento através da fixação dos agentes (população) nesses locais.

Analisando a atribuição de subsídios, podemos dizer que a média do total dos subsídios atribuídos por projecto foi igual entre as diversas NUTs, o que não se verifica quando analisados os subsídios ao investimento e à criação de postos de trabalho. Isso prova a não correlação entre postos de trabalho criados e o investimento de cada projecto. A distinção de atribuição de subsídios ao capital e aos postos de trabalho permitiu uma mais equilibrada atribuição de fundos.

Actualmente decorre em Portugal o Plano Operacional da Economia, dentro do qual existe um “substituto” do RIME, o SIPIE – Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais. Algumas alterações em relação ao seu “antecessor” foram introduzidas, mas será que são suficientes?

Em relação ao RIME alguns pontos deverão ser apresentados como forma de correcção de programas similares. **Primeiro**, todo este processo requeria muito tempo dos promotores e os aspectos burocráticos que aqui se encontravam incentivam algum desinteresse por este tipo de

programas. **Segundo**, foi um programa destinado a Micro Empresas, com dois objectivos principais: criação de emprego e desenvolvimento regional. A ideia é, sem dúvida, de louvar, mas colocar “tudo no mesmo saco” pode criar algumas confusões. **Terceiro**, o tempo excessivo que os promotores esperavam pela recepção dos fundos que haviam sido atribuídos aos projectos. A informação fornecida aos promotores era que, desde o início do processo, o promotor teria de esperar, no máximo 6 meses, para receber os fundos a que teria direito. Contudo, no decorrer deste programa, várias vezes se poderiam encontrar na imprensa portuguesa reclamações acerca do funcionamento deste programa, principalmente a nível de atraso de pagamentos. **Quarto**, a falta de assistência e consultoria aos projectos implementados e que inicialmente era assegurada por técnicos especializados faltou ou, por vezes, não existiu. Alguns promotores iniciaram os seus projectos na esperança de receberem o apoio das autoridades competentes, o que na realidade não aconteceu. Reclamações a este problema surgiam por vezes nos jornais durante o período de actuação do RIME. A razão da existência deste problemas não é conhecida, mas talvez se deva à falta de coordenação, ou ao facto de existirem várias instituições responsáveis pelos projectos.

Em relação ao programa propriamente dito, verificou-se que existiu um desenvolvimento de toda a região; contudo, algumas áreas apresentam um mais elevado desenvolvimento que outras, como já foi referido. Este facto leva-nos ao velho problema, embora de uma forma não tão radical, em que “os ricos se tornam mais ricos e, os pobres, mais pobres”.

Nota-se uma forte tendência em favor do Litoral, quer na implementação de projectos, quer na criação de postos de trabalho. Duas questões podem ser levantadas: (1) Será de facto esta zona, e a população que aí se encontra, mais inovadora e activa no cenário do desenvolvimento? (2) Ou então será que esta área cresce a um ritmo mais acelerado, devido a uma maior proximidade com os “grandes centros” de informação? Não deveria a informação estar disponível para todos da mesma forma e nas mesmas condições?

Mas não se pretende com isto denegrir a imagem deste tipo de programas, muito pelo contrário, são benéficos mas talvez necessitem de alguns aperfeiçoamentos, pois as zonas do interior também beneficiaram com o RIME. No caso do *Douro*, onde foi incrementado um número significativo de projectos ligados ao turismo, contribuiu desta forma para uma certa “fuga” ao trabalho rural e para uma fixação da população, essencialmente da população mais jovem. E esta é também uma forma de

“acordar” os potenciais agentes de desenvolvimento das áreas menos desenvolvidas.

No que diz respeito ao novo programa SIPIE, foram introduzidas, desde início, algumas alterações significativas. Em primeiro lugar, a sua coordenação é da responsabilidade do Ministério da Economia. Para a atribuição de fundos foram definidas novas zonas “prioritárias”. Com o RIME as zonas classificadas prioritárias eram classificadas com base no concelho; no SIPIE essas zonas são estabelecidas por NUT III. Na região Norte, as NUTs *Alto de Trás-os-Montes* e *Douro* são as que permitem aos promotores conseguir melhores subsídios. Por outro lado, um projecto filiado nas NUTs *Grande Porto*, *Tâmega*, *Cávado* e *Entre Douro e Vouga* não receberá qualquer extra, devido à sua localização. Talvez esta medida já seja uma correcção ao RIME, pois as NUTs do Interior são as que poderão ser classificadas em pior posição no que diz respeito ao RIME.

Em conclusão: o RIME foi um programa benéfico para o desenvolvimento da Economia do Norte de Portugal, pressupondo-se que o mesmo aconteceu nas outras regiões do país, mas com alguns problemas que poderiam ou deveriam ter sido evitados. Quanto ao SIPIE, neste momento ainda será prematuro apresentar qualquer conclusão; mas, à primeira vista, apresenta um melhor funcionamento que o RIME, mas apenas no final algumas conclusões podem ser tiradas e comparadas com o RIME.

Contudo, deve ser realizado um esforço de divulgação deste tipo de programas, para que todos os potenciais interessados possam agir e assim obter benefícios, não só para os próprios, mas para a sociedade em geral.

NOTAS

* O presente texto foi retirado da tese de dissertação de mestrado: “*Micro Firms and the development of the Northern region of Portugal. The Programme RIME in the context of the II Community Support Framework – Case Study*” Realizado no *Mediterranean Agronomic Institute of Chania* – Chania – Creta – Grécia, sob a orientação do Professor Francisco Diniz – Departamento de Economia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a quem expresso a minha gratidão não só pela orientação, mas por todo o apoio e sugestões ao longo deste estudo.

¹ Informação obtida com base em Diniz (2000).

² A análise foi efectuada recorrendo ao software SPSS e os quadros apresentados são resultados obtidos através da utilização desse mesmo software.

Anexo
DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

EmpTotal	Postos de trabalho criados – Emprego total;
EmpHomens	Postos de trabalho ocupados por homens;
EmpMulheres	Postos de trabalho ocupados por mulheres;
HDesemp	Postos de trabalho ocupados por homens que se encontravam desempregados há um ano ou mais;
MDesemp	Postos de trabalho ocupados por mulheres que se encontravam desempregadas há um ano ou mais;
SubsEmp	Subsídio atribuído pela criação de postos de trabalho;
SubsInv	Subsídio atribuído em função do investimento efectuado;
TotSub	Subsídio total atribuído aos projectos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BHATTACHARYYA, G. K., and R. A. JOHNSON (1977), *Statistical Concepts and Methods*, New York, J. Wiley & Sons, Inc.
- CNE** – Comissão Nacional de Eleições – Resultados [on line] [2000] <<http://eleicoes.cne.pt/cne/index.cfm?dia=08&mes=11&ano=1998&eleicao=re2a>> [December 2000].
- DAVIDSON, R. and J. MACKINNON (1993), *Estimation and Inference in Econometrics*, New York, Oxford University Press.
- DINIZ, F. (1999), *Desenvolvimento Rural, que Perspectivas? – O caso do Alto Trás-os-Montes e Douro*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques.
- DINIZ, F. (2000), *Where do we come from? The Portuguese recent economic and agricultural evolution*.
- GREENE, W. G. (1999), *Econometric Analysis 4th edition*, New York, Prentice Hall International.
- GUJARATI, D. (1992), *Essentials of Econometrics*, Singapore, Mc Graw Hill.
- GUJARATI, D. (1995), *Basic Econometrics*. Mc Graw Hill: Singapore.
- INE** – Indicadores Estatísticos Gerais [on line] [2002] <<http://www.ine.pt/prodserv/indicadores/quadros.asp?CodInd=2>> [Março 2002].
- INE** – População e Condições Sociais, Indicadores Estatísticos Gerais [on line] [2000] <<http://www.ine.pt/prodserv/indicadores/quadros.asp?CodInd=19>> [Dezembro 2000].
- INE** (1998), *Anuário Estatístico de Portugal, 1997*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Inforegio** – Documents – Official Texts. Sixth Periodic Report on the Social and Economic Situation and Development of Regions in the European Union [on line] [2000] <<http://www.inforegio.org/wbdoc/docoffic/official/radi/page68%5Fen.htm>> [January 2001].
- Ministério da Economia** (2000), *Gerar dinâmicas de futuro*, Lisboa, Programa Operacional da Economia 2000 – 2006. Ministério da Economia.
- Ministério do Planeamento** (2000), *Grandes opções do plano para 2001*, Lisboa, Ministério do Planeamento.
- MOREAU, G. (1989), A C.E.E. – *Sumários de História e Geografia Política*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MPOT** (1999), Ministério do Planeamento e Ordenamento do Território, *Análise do QCA II*, Lisboa, MPOT.
- NOGUEIRA, F. (1998), *PME's e Desenvolvimento Local em Meio Rural, O caso do LEADER I em Portugal*. UTAD: Vila Real. (MSc Thesis).
- RCM** – Resolução do Conselho de Ministros (1995), nº 57197 de 17 de Junho.